

Texto aprovado na Câmara dos Deputados mantém impactos negativos para o empresariado e os contribuintes, como aumento de tributos e de burocracia, além de prejudicar competitividade dos pequenos negócios

Mesmo depois de uma [longa tramitação entre as duas casas do Congresso Nacional, a Reforma Tributária \(PEC 45/2019\)](#), agora perto de ser sacramentada pelo governo, significará um cenário de incerteza ao país já a partir de 2024. O texto final foi lido e aprovado na Câmara dos Deputados nesta sexta-feira (15) sem alterações significativas no escopo que já havia passado pelos senadores em meados de novembro.

Como a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) vem afirmando, a [reforma ainda suscita muitas dúvidas aos contribuintes e ao empresariado](#) de todos os portes e segmentos, principalmente porque pontos essenciais serão regulamentados, a partir de agora, por meio de leis complementares.

Uma dessas incertezas é sobre a alíquota do IVA — que, se ficar como previsto pelo próprio Ministério da Fazenda, [será o maior do mundo: 27,5%](#), superando a Hungria (27%). Ainda que o escopo aprovado na Câmara tenha mantido uma trava a elevações futuras de arrecadação, ela não é suficiente para mudar uma conjuntura de curto prazo em que [empresas e contribuintes paguem mais tributos \(e mais altos\)](#).

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: FecomercioSP, em 15.12.2023